


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760
SENTENÇA - ALVARÁS

Processo nº: 1011926-82.2018.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerentes: Eliseu Macedo Maquiné e Rosalia Macedo Maquiné
 Requerido : **Eduardo Maquiné Pereira**, RG 0913678-9-SSP/AM, CPF 424.739.502-53, nascido em Manaus-Amazonas em 03/01/1970, filho de Vicente José Pereira e de Maria Helena Maquiné Pereira, falecido em 18/03/2018.
 Requerente-autorizada: **Rosalia Macedo Maquiné** (que assinava quando solteira **Rosalia Macedo de Souza**), brasileira, viúva, prendas do lar, RG 1272005-4-SSP/AM, CPF 509.808.582-91, residente e domiciliada na Rua Francisco Cassiano Lopes, 415, Vila Brasília, São Carlos-SP, CEP 13566-606.

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Os requerentes informam que o requerido Eduardo Maquiné Pereira faleceu em 18/03/2018. Pedem alvarás para sacarem o saldo existente nas contas bancárias em nome do falecido, ou seja, conta poupança 00026463-1, operação 13, da agência 1300 da Caixa Econômica Federal-CEF e conta nº 0670102-7, da agência 0320-4 do Banco Bradesco S/A e para sacarem todo o numerário existente na conta vinculada do **PIS/FGTS** deixado pelo requerido. Exibiram certidão de óbito (fl. 10). Documentos diversos às fls. 05/13.

É o relatório. Fundamento e decido.

A legitimidade dos requerentes pleitearem o saque do valor do saldo existente nas contas bancárias especificadas à fl. 12, e o saque do valor do saldo existente na conta vinculada do PIS/FGTS em nome do requerido Eduardo Maquine Pereira, decorre do passamento deste ocorrido em 18/03/2018, fato demonstrado através da certidão de óbito de fls. 10, e nela consta que o falecido era casado.

A fl. 02 os requerentes informaram que o requerido não deixou bens nem testamento conhecido.

Os requerentes são cônjuge e filho do requerido falecido, portanto, cônjuge supérstite e herdeiro necessário, hábeis a pleitearem esses saques (art. 1.784 c.c. o inciso I e III do art. 1.829, todos do Código Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos - FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

Inexiste dependente habilitado à pensão por morte, consoante os termos da certidão de fl. 13.

A requerente ficará responsável pelo pagamento da cota-parte do herdeiro-filho nesses bens, de acordo com o artigo 272 do CC, sob as penas da Lei.

Inexiste óbice ao pedido.

DEFIRO O PEDIDO INICIAL para conceder **ALVARÁS** para que o Espólio do requerido Eduardo Maquiné Pereira, a ser representado pela requerente **Rosalia Macedo Maquiné**, que assinava quando solteira Rosalia Macedo de Souza (supraqualificados), possa: **1) sacar** o saldo existente em todas as contas e/ou aplicações na **Caixa Econômica Federal-CEF** em nome do requerido-falecido, em especial na conta poupança 00026463-1, operação 13, da agência 1300; **2) sacar** o saldo existente em todas as contas e/ou aplicações no Banco Bradesco S/A, em nome do requerido-falecido, em especial na conta nº 0670102-7, da agência 0320-4; **3) sacar** na **Caixa Econômica Federal-CEF** todo o numerário deixado pelo requerido falecido, existente na conta vinculada do **PIS/FGTS** (contas ativas, inativas, resíduos de planos econômicos, eventuais multas e juros). A autorizada poderá receber, dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desse objetivo, inclusive encerrar mencionadas contas bancárias. **Os Bancos deverão entregar à autorizada cópia do termo de encerramento das contas.** Prazo de validade dos alvarás: 120 dias. Concedo aos requerentes os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). Esta sentença valerá como instrumentos de **ALVARÁS** para os fins aqui expressos, devendo as Instituições Financeiras lhes darem pleno atendimento. Compete à Defensoria Pública materializar esta sentença/alvará assim que publicada nos autos, entregando ao seu assistido tantas cópias quantas forem necessárias.

A requerente-autorizada ficará responsável pelo pagamento da cota-parte do herdeiro-filho nesses bens, de acordo com o artigo 272 do CC.

P.I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 07 de dezembro de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos - FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**